



Partido Comunista Português

Lisboa – Freguesia do Areeiro

RECOMENDAÇÃO

Medidas necessárias e urgentes de apoio às Micro, Pequenas e Médias Empresas

A situação de pandemia que o País enfrenta obrigou a responder, em primeiro plano, ao grave problema de saúde pública. Contudo, outros problemas se colocam como a degradação da situação económica e social, designadamente a que respeita às micro, pequenas e médias empresas (MPME) que constituem 99 % do tecido empresarial português.

Também em Lisboa as MPMEs formam a base empresarial mais relevante da vida e da dinâmica da freguesia e com uma expressão determinante em múltiplos sectores de actividade desde a restauração ao alojamento, à construção civil e limpeza, do pequeno comércio à reparação automóvel, dos cabeleireiros e barbeiros aos ginásios, dos táxis à prestação de serviços contabilísticos, entre outras.

Desde a emergência de saúde pública à escala internacional que se traduziu, designadamente, na classificação do COVID 19 como uma pandemia, foi estabelecido pelo governo um alargado conjunto de medidas de contenção que conduziram à suspensão da actividade por parte de muitas micro, pequenas e médias empresas, o que por sua vez se traduziu na quebra abrupta de entrada de receitas mantendo estas empresas, no entanto, as suas obrigações fiscais e outras.

As medidas adoptadas pelo Governo têm sido limitadas e insuficientes para os problemas com que estas empresas se defrontam e, em fase de desconfinamento progressivo, é expectável que esses problemas se acentuem e se prolonguem com resultados que poderão ser brutais no domínio do desemprego, da destruição de capacidade produtiva. A evolução negativa desta economia urbana terá também um impacto directo significativo na sustentabilidade e nas dinâmicas das comunidades locais e na manutenção dos níveis de vida social e económica da freguesia.

É, pois, necessário que se activem medidas urgentes de resposta às actuais necessidades das micro, pequenas e médias empresas, medidas simultaneamente robustas, amplas e específicas e que considerem as particulares características deste tecido empresarial do ponto de vista social, económico e organizacional.

Assim, o eleito do Partido Comunista Português propõe que a Assembleia de Freguesia do Areeiro, reunida em 25 de Junho de 2020, decida recomendar ao Governo que se adoptem medidas no sentido de:

1. Levantar todas as restrições colocadas aos MPME no acesso a apoios e a equiparação dos seus sócios-gerentes ao regime dos trabalhadores independentes;
2. Atribuir um apoio mensal ao rendimento de microempresários ou empresários em nome individual com um valor mínimo de €438,81;
3. Suspender o Pagamento por Conta em sede de IRC e devolução dos valores em dívida às MPME decorrentes do já extinto Pagamento Especial por Conta;
4. Conceder empréstimos a taxa de juro zero, com 2 anos de carência e 10 anos para amortização dos valores em dívida, sem recurso à intermediação da banca privada;
5. Reduzir o preço da electricidade e dos combustíveis;
6. Apoiar o arrendamento não habitacional, reflectindo na renda paga pelo MPME a quebra de actividade que foi verificada;
7. Criar uma rede de contacto e apoio do Estado aos MPME visando assegurar o esclarecimento e orientação no acesso a medidas de apoio.

O eleito pelo Partido Comunista Português na Assembleia de Freguesia do Areeiro